

## O Perdão como Meta de Intervenção com Apenados\*

Thalita Fernandes de Alencar\*\*  & Julio Rique Neto 

*Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*

**RESUMO** – Este trabalho relata os resultados de uma intervenção para promoção das atitudes para receber o perdão e autoperdão em um grupo de 10 apenados, igualmente divididos em grupo experimental (GE) e grupo controle (GC), e submetidos a pré-teste e pós-teste. A intervenção foi baseada nas fases e unidades dos processos clínicos das dimensões do perdão referentes aos ofensores e realizada em 16 sessões, com duração de 90 minutos cada. Após a intervenção, os participantes do GE apresentaram avanços significativos nas atitudes para receber o perdão, autoperdão e autoestima. Considera-se que as habilidades e estratégias trabalhadas poderão auxiliá-los em suas relações interpessoais e na resolução de conflitos, bem como no processo de reintegração social.

**PALAVRAS-CHAVE:** perdão, intervenção, educação moral

## Forgiveness as a Goal of Intervention with Inmates

**ABSTRACT** – This paper reports the results of an intervention to promote attitudes to receiving forgiveness and self-forgiveness in a group of 10 inmates, equally divided into experimental group (EG) and control group (CG), submitted to pretest and posttest. The intervention was based on the phases and units of the clinical processes of the offenders' forgiveness dimensions and was performed in 16 sessions lasting 90 minutes each. After the intervention, EG participants had significant improvements in attitudes to receiving forgiveness, self-forgiveness, and self-esteem. It is considered that the skills and strategies worked will be able to assist them in their interpersonal relationships and conflict resolution, as well as in the process of social reintegration.

**KEYWORDS:** forgiveness, intervention, moral education

Na literatura e nas ciências encontram-se muitas referências em diversas abordagens de estudo sobre biografias de personalidades e experiências vividas pelas pessoas comuns no cárcere. Ajustando o foco da análise para o Brasil e seus apenados, um estado da arte na psicologia deveria refletir sobre as condições de vida e experiências de cerca de 773.151 pessoas que estão em privação de liberdade em todos os regimes, de acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (SISDEPEN, 2019). Um trabalho necessário, porém hercúleo.

Sabe-se que o sistema carcerário brasileiro oferece precárias condições de salubridade e qualidade de vida, e que as prisões, em sua maioria, não apresentam as mínimas condições para uma sobrevivência saudável. Além do adoecimento físico, estudos têm destacado os efeitos negativos dessa vivência para a saúde mental das pessoas em privação de liberdade, sendo crescente o número de casos de

adoecimento emocional entre os apenados (Soares Filho & Bueno, 2016; Sousa et al., 2013). Os direitos fundamentais da população carcerária são garantidos pela legislação brasileira, como por meio da Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) que prevê o fornecimento de assistências à saúde, psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social e material aos presos. Apesar de o Brasil ter adotado uma série de compromissos, inclusive internacionais, com a preservação dos direitos fundamentais dos reclusos, na prática esses direitos não são respeitados (Rangel & Bayer, 2014) e os problemas do sistema penitenciário são invisibilizados pela população, havendo uma dominância do medo e do desejo de vingança. Esse tratamento desumano não auxilia na ressocialização dos apenados, de maneira que o convívio no cárcere é, muitas vezes, um fator de estímulo para a reincidência no crime (Rangel & Bayer, 2014; Zackseski et al., 2016).

\* Apoio: CNPq.

\*\* E-mail: [thalitaalays@hotmail.com](mailto:thalitaalays@hotmail.com)

■ Submetido: 06/05/2019; Revisado: 30/06/2020; Aceito: 03/08/2020.

Essa forma de atuação tem se mostrado ineficiente e gerado um impacto negativo dentro dos presídios, que se tornam ambientes não saudáveis, e fora deles, pois esse cenário se reflete na sociedade em geral, uma vez que os apenados retornam ao convívio social após o cumprimento da pena. Apesar de ser um dos países que mais prende no mundo, as taxas de criminalidade do Brasil continuam muito altas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2017), assim como as taxas de reincidência, de acordo com o Relatório de Pesquisa de Reincidência Criminal no Brasil (Brasil, 2015). Parece, portanto, importante repensar essa forma de atuação, para efetivamente evitar a reincidência e orientar o retorno à convivência em sociedade por meio da ressocialização ou reintegração social, que tem sido negligenciada ao longo dos anos.

Os trabalhos de Giostri (2017, 2018) ajudam a compreender a dimensão do problema quando levantam as seguintes reflexões: quantas vezes particulares existem dentro de uma mesma identidade de encarcerado? O oposto também pode ser perguntado: quantas identidades existem na voz dos/das encarcerados/as? Quantos traumas e quantas mágoas interpessoais cada apenado sofreu e causou em sua história de vida? Quanto que os procedimentos da justiça, na busca da equalização dos direitos na sociedade, escutam ou permitem que sejam escutadas as dores silenciosas que habitam as identidades das pessoas apenadas, para além do crime que os levou à prisão? Finalmente, quanto que a psicologia do perdão tem contribuído para promover a qualidade do bem-estar e saúde física e mental na população carcerária?

Revisões recentemente publicadas no “Handbook of Forgiveness” (Worthington Jr. & Wade, 2020) indicam que o foco central das pesquisas sobre o perdão ainda é o perdão interpessoal no ponto de vista das vítimas, mas começa a surgir o interesse pelo estudo das atitudes de buscar receber o perdão e/ou perdoar a si mesmo. Esses estudos estão voltados a entender como as pessoas buscam receber o perdão divino (Exline, 2020), como, a partir do reconhecimento da culpa, buscam a responsabilidade pela ofensa, procurando reparar as consequências negativas para os ofendidos (Witvliet, 2020; Mullet & Neto, 2020), como podem retomar a saúde física e mental (Toussaint et al., 2020), e como os processos de buscar o perdão e perdoar a si próprio podem ajudar na promoção da paz e reconciliação de grupos. Finalmente, Rique et al. (2020), em um levantamento da literatura em psicologia nos últimos 10 anos (2010 – 2020) com os descritores *forgiv\* AND offenders*, encontraram 475 artigos revisados por pares e, em conjunto com as informações das recentes revisões da literatura (Alencar & Abreu, 2019), os trabalhos indicam que até então, no conhecimento dos autores, nenhum se refere à população de pessoas encarceradas com vistas ao objetivo de buscar o perdão ou perdoar a si mesmos.

Este é o objetivo deste estudo: apresentar um trabalho de intervenção que teve como objetivo promover o perdão

em suas dimensões de buscar receber o perdão e perdoar a si mesmo em um grupo de apenados, atribuindo-lhes a possibilidade de uma psicoeducação para fortalecer a identidade pessoal a partir das experiências particulares de cada participante.

Tendo em vista que a vivência no cárcere é permeada não só pela sobrevivência, mas também pela preocupação com as relações sociais dentro e fora do presídio, o perdão se apresenta como uma virtude moral importante para esse contexto, pois pode contribuir para a resolução de conflitos interpessoais e auxiliar os apenados a lidarem com suas relações de forma mais adequada, podendo, inclusive, ter impacto direto na sua reinserção social.

A educação é uma das principais ferramentas de favorecimento da reintegração do indivíduo na sociedade. Ela deve ter como objetivo não somente a alfabetização dos apenados, mas também o fornecimento de suporte para construção de sua cidadania, por meio da conscientização e da autorreflexão. É possível encontrar na psicologia propostas de educação para o perdão nas suas três dimensões: oferecer o perdão, receber o perdão e autoperdão (Enright et al., 1996). O perdão interpessoal é concebido como “uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito a ressentimento, julgamentos, afetos e comportamentos negativos para com uma pessoa que a ofendeu injustamente. E, ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor para com o outro que a ofendeu” (Enright et al., 1998, p. 46-47, tradução livre). Receber o perdão, por sua vez, é concebido na perspectiva dos ofensores como uma orientação para reduzir a culpa e o remorso gerados por uma injustiça cometida, além de o desejo de ser reconhecido como digno de perdão; sentir a dor da vítima e aceitar seus julgamentos, afetos e comportamentos negativos, enquanto espera por julgamentos, afetos e comportamentos positivos (Alencar, 2017). Já o autoperdão é definido como “uma orientação para abandonar a culpa e o remorso após o reconhecimento do erro, favorecendo a compaixão, generosidade e amor direcionados ao self” (Enright et al., 1996, pag.116, tradução livre).

Buscando facilitar o processo do perdão, Enright et al. (1996) propuseram um modelo clínico em que expõem o processo psicológico que é geralmente seguido por aqueles que buscam o perdão, seja na condição de vítima ou de ofensor. O modelo orienta caminhos próprios e independentes para cada dimensão do perdão, mas possuem uma estrutura semelhante composta por quatro fases: Reconhecimento, Decisão, Resolução e Aprofundamento.

A fase do Reconhecimento da ofensa é caracterizada pela avaliação das consequências da injustiça. É um momento emocionalmente doloroso para vítimas e/ou ofensores, em que são vivenciados os sentimentos negativos associados ao reconhecimento da ofensa. Na fase da Decisão para o perdão, vítimas e/ou ofensores procuram compreender o perdão para decidir se desejam ou não se engajar no processo de perdoar ou receber o perdão. Na fase de Resolução,

vítimas e/ou ofensores estão compromissados com o perdão e, para isso, procuram colocar o outro em foco e adotar a perspectiva dele(a). Esse momento é caracterizado pelo entendimento, empatia e compaixão, elementos que possibilitam modificar os sentimentos e alcançar o perdão. Por fim, na fase de Aprofundamento do processo, vítimas e/ou ofensores vivenciam uma etapa mais reflexiva, em que buscam atribuir um significado para o sofrimento causado pela injustiça. Essa reflexão permite gerar aprendizados e estabelecer novos propósitos para a vida.

Enright e Fitzgibbons (2015) salientam que as fases são prescritivas e indicam um caminho para trabalhos terapêuticos e educacionais, sendo seu conhecimento valioso para profissionais que se interessem pela promoção do perdão interpessoal e pelo desenvolvimento dessa habilidade. Entretanto, destacam que esses processos não são necessariamente vivenciados da mesma maneira por todas as pessoas, pois podem apresentar diferentes graus de dificuldade em cada fase e, com isso, necessitar de mais ou menos tempo para superar as limitações.

O modelo do processo do perdão de Enright et al. (1996) tem se mostrado efetivo para trabalhos terapêuticos e educacionais com diferentes amostras (Al-Mabuk et al., 1995; Enright et al., 2007; Freedman, 2018; Freedman & Enright, 1996; Magnuson et al., 2009; Park et al., 2013; Reed & Enright, 2006). Nota-se, porém, que esses estudos de intervenção têm trabalhado o perdão interpessoal apenas a partir da perspectiva das vítimas. Apesar de relacionadas, sabe-se que as dimensões do perdão são independentes e possuem bases motivacionais distintas. Assim sendo, mostra-se relevante a ampliação dos estudos sobre o modelo dos processos, trabalhando com as dimensões relativas aos ofensores.

As intervenções para oferecer o perdão têm apresentado resultados significativos e promissores, e corroborado a noção de que o perdão contribui para o restabelecimento do bem-estar psicológico após uma mágoa, associando-se à redução dos níveis de variáveis negativas como a ansiedade, a raiva

e a depressão, e ao aumento dos níveis de variáveis positivas como a autoestima e a esperança. Resultados similares podem ser esperados do trabalho com ofensores, pois as pesquisas realizadas com as dimensões receber o perdão e autoperdão tem evidenciado suas contribuições para a saúde mental dos ofensores (Chiaromello et al., 2008; Krause, 2015; Riek, 2010; Webb et al., 2013; Yao et al., 2017).

Ademais, o autoperdão também está associado a benefícios interpessoais, ou seja, com respostas positivas também voltadas para vítima, como maior empatia e desejo de reconciliação, e diminuição da evitação do outro (Cornish & Wade, 2015; Fisher & Exline, 2010; Woodyatt & Wenzel, 2013). Esses resultados fortalecem a visão de que o autoperdão não é uma atitude meramente egoísta e de favorecimento do ofensor, podendo gerar consequências positivas também para as vítimas e para a relação entre eles. Destaca-se, ainda, o estudo realizado por Cornish e Wade (2015), em que esses autores relatam pesquisas que defendem que o autoperdão pode ser especialmente importante para as pessoas que cometeram um crime, pois poderia ajudar também na redução da reincidência da ofensa e/ou do crime.

É preciso destacar que, para obter esse efeito benéfico, é necessário que o autoperdão seja genuíno, baseado na aceitação da responsabilidade sobre a ofensa e na vivência dos sentimentos negativos, bem como no incentivo a recuperação do amor próprio e da crença de que é possível mudar (Fisher & Exline, 2010; Kim & Enright, 2014; Woodyatt & Wenzel, 2013, 2014). Deve-se, portanto, ter o cuidado de distinguir o autoperdão do pseudo-autoperdão, que é caracterizado por comportamentos de defesa, como negar, minimizar ou justificar a ofensa.

A partir dessas reflexões, foi desenvolvida uma intervenção que teve como objetivo o favorecimento das atitudes para receber o perdão e perdoar a si mesmo em um grupo de apenados. Neste estudo, são descritos os resultados dessa intervenção.

## MÉTODO

### Participantes

Participaram do estudo 10 apenados em regime semiaberto, do sexo masculino. O único critério estabelecido para seleção dos participantes foi a condição de ser alfabetizado. Os participantes foram igualmente divididos entre grupo experimental (GE) e grupo controle (GC). A Tabela 1 apresenta as idades e os tempos de pena dos participantes do estudo.

### Delineamento

Realizou-se uma pesquisa de intervenção com delineamento quase-experimental, constituído por dois grupos: o GE recebeu o tratamento da intervenção e o GC

não recebeu nenhum tratamento. Para a avaliação, foram utilizadas medidas de pré-teste e pós-teste.

### Instrumentos

#### Questionário sociodemográfico

Esse instrumento teve o objetivo de obter informações relacionadas à idade e ao tempo na instituição.

#### Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Ribas et al., 2004)

Esse instrumento avalia a propensão das pessoas a darem respostas que são consideradas mais aceitáveis socialmente. A escala é composta por 33 afirmações, e o participante

Tabela 1  
 Informações sociodemográficas dos participantes

		Idade	Tempo de pena cumprido
Grupo Experimental	P1	28	Entre 5 e 10 anos
	P2	35	Entre 5 e 10 anos
	P3	47	Entre 10 e 15 anos
	P4	33	Menos de 5 anos
	P5	39	Menos de 5 anos
Grupo Controle	P6	24	Entre 5 e 10 anos
	P7	23	Menos de 5 anos
	P8	22	Menos de 5 anos
	P9	32	Entre 5 e 10 anos
	P10	37	Entre 5 e 10 anos

deve indicar se elas o descrevem respondendo uma escala de Verdadeiro ou Falso (ex.: Item 4: Nunca antipatizei com alguém intensamente). Desses itens, 18 deveriam ser respondidos como falsos e 15 como verdadeiros. As respostas às afirmações são transformadas em um escore 0 ou 1, de acordo com crivo fornecido pelos autores, e seu escore total pode variar de 0 (mínimo) a 33 (máximo). Os autores reportaram um nível de consistência interna  $KR20 = 0,78$ .

#### Medida da atitude para o perdão de ofensores

Esse instrumento foi construído para este trabalho e é constituído por duas partes. A primeira parte é uma Folha de Rosto que solicita aos participantes pensarem sobre um evento recente no qual eles magoaram outra pessoa profunda e injustamente. Pergunta-se sobre a intensidade da injustiça cometida, quem sofreu a mágoa, se a pessoa está viva, a quanto tempo ocorreu a ofensa, e finaliza solicitando ao participante descrever brevemente a ofensa cometida. A segunda parte é composta por dois itens objetivos e independentes, que avaliam (1) a atitude para receber o perdão – “O quanto você se sente pronto para receber o perdão?” e (2) a atitude para o autoperdão – “O quanto você já se perdoou?”, sendo respondidos em uma escala de cinco pontos (1- nada e 5- completamente).

#### Escala de Autoestima de Rosenberg (Hutz, 2000)

Esta medida avalia a autoestima global e é constituída por dez afirmações relacionadas a um conjunto de sentimentos de autoestima (ex. Item 2: *Eu acho que tenho várias boas qualidades*), respondidas em uma escala de quatro pontos (1- discordo totalmente e 4- concordo totalmente). O escore total da escala pode variar de 10 (mínimo) a 40 (máximo). Os autores reportaram um coeficiente alpha de Cronbach de 0,90.

#### Questão sobre Interesse na Intervenção

Questão utilizada apenas no pré-teste, com o objetivo de auxiliar na formação dos grupos. Pergunta-se ao

participante se ele possui ou não interesse em participar do programa de intervenção e solicita-se que justifique sua resposta.

## Procedimentos

### Procedimentos Éticos

Esse estudo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa e foram respeitadas todas as exigências contidas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os apenados foram convidados verbalmente a participar do estudo. Aqueles que aceitaram assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### Procedimentos de Coleta de Dados

O delineamento utilizado consistiu na aplicação dos instrumentos em dois momentos: pré-teste e pós-teste. Os instrumentos foram apresentados em ordens aleatórias e as coletas foram realizadas em grupo, com os participantes respondendo individualmente. A aplicação durou aproximadamente 1 h no pré-teste e no pós-teste. Para responder a Medida da atitude para o perdão de ofensores no pós-teste, os participantes foram orientados a pensar na mesma ofensa que haviam escolhido no pré-teste, para que as respostas nos dois momentos se referissem a uma mesma situação.

### Procedimentos de Formação do Grupo Experimental

Os participantes do GE foram selecionados por meio de um sorteio realizado entre todos que afirmaram desejar participar da intervenção na Questão sobre Interesse na Intervenção.

### Procedimentos de Intervenção

A intervenção foi executada em 16 sessões, com duração de aproximadamente 90 minutos cada. Os

encontros aconteciam duas vezes por semana, nas instalações de uma penitenciária de segurança média. A intervenção teve caráter educacional, no sentido de proporcionar conhecimentos sobre o perdão e sobre as etapas para alcançá-lo, buscando apresentar o perdão como uma estratégia possível para resolução de conflitos e incitar o desejo por ele. Para realização da intervenção construiu-se um Manual de Intervenção para Ofensores, que tinha o objetivo de guiar a execução das atividades. Os autores se basearam nas variáveis psicológicas e unidades dos processos clínicos de receber o perdão e autoperdão (Enright et al., 1996), havendo atividades e/ou discussões voltadas para cada unidade das fases de Reconhecimento, Decisão, Resolução e Aprofundamento. Todos os encontros seguiram uma estrutura semelhante: (1) retomada do encontro anterior, (2) trabalho com a temática do dia (explicação seguida de discussão e/ou atividade); e (3) fechamento com reflexões ou atividades para serem realizadas até o encontro seguinte.

A intervenção foi coordenada pela primeira autora deste estudo, com o auxílio de duas monitoras que se revezavam e tinham a tarefa de registrar o que acontecia durante os encontros, pois esses não podiam ser gravados. Seguindo as recomendações do manual, os acontecimentos da intervenção foram descritos com maiores detalhes em um Diário de Campo, que pode ser acessado na dissertação de mestrado da primeira autora (Alencar, 2017).

## Procedimentos de Análise

Através do programa SPSS (versão 19) foram calculadas frequências e estatísticas descritivas de todas as medidas quantitativas utilizadas, e realizadas análises estatísticas não paramétricas (Mann-Whitney e Wilcoxon), que são mais apropriadas para amostras pequenas que não apresentam distribuição normal.

Foram também realizadas análises estatísticas por participantes do grupo experimental. Utilizou-se o método de Jacobson e Truax (método JT), que é indicado para avaliar a efetividade de intervenções clínicas e educacionais, sendo uma alternativa para se lidar com as dificuldades apresentadas pelos procedimentos tradicionais ao se tratar de um grupo pequeno. Esse método permitiu avaliar as mudanças ocorridas em cada um dos participantes entre o pré-teste e o pós-teste, por meio do Índice de Mudança Confiável (IMC), que verifica se as mudanças ocorridas podem confiavelmente serem atribuídas à intervenção e não a erros de medida, e da Significância Clínica, que verifica a extensão e a funcionalidade das mudanças, estipulando um ponto de corte a partir do qual se estabelece que a mudança foi suficientemente forte. Essas duas estimativas (IMC e significância clínica) auxiliam na análise da eficácia do tratamento de intervenção e seus cálculos podem ser realizados no aplicativo Microsoft Excel, conforme as fórmulas apresentadas por Aguiar et al. (2009).

## RESULTADOS

Os resultados mostraram que as vítimas das ofensas foram predominantemente pessoas que possuíam relacionamentos próximos com os ofensores. As pessoas magoadas foram, em sua maioria, esposas (30%), namoradas (30%) e parentes (30%), e apenas um participante se referiu à categoria *outros*. É importante destacar que cabia aos participantes escolher uma mágoa considerada significativa para eles, não sendo necessário haver relação direta com o crime pelo qual foram condenados. Quanto à percepção da intensidade da mágoa causada pelos ofensores, os resultados mostraram-se distribuídos entre: “ *muito pouco injusta*” (20%), “*pouco injusto*” (50%), “*muito injusto*” (10%) e “*extremamente injusto*” (20%). No que se refere ao tempo, mais da metade das injustiças relatadas ocorreram há anos (60%), mas também foram relatadas injustiças ocorridas há dias (10%), semanas (20%) e meses (10%).

Para verificar os efeitos da intervenção e avaliar se as médias do GE e do GC se diferenciaram entre elas em cada condição (pré-teste e pós-teste), inicialmente foram realizados testes Mann-Whitney com todas as variáveis. No pré-teste, os grupos se diferenciaram significativamente apenas na medida de desejabilidade social, com os participantes do GC apresentando maiores médias ( $MGC = 21,4$ ;  $MGE = 16,6$ ). Porém, no pós-teste, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos em nenhuma das variáveis.

Foram também avaliadas as diferenças dentro de cada grupo (experimental e controle) entre o pré-teste e o pós-teste, por meio de testes de Wilcoxon para amostras relacionadas, cujos resultados significativos são apresentados na Tabela 2. Os resultados mostraram que no pós-teste o GE apresentou um aumento significativo nos escores de atitude para receber

Tabela 2

Resultados Significativos dos Testes de Wilcoxon

		Média pré-teste	Média pós-teste	Z	p
Grupo Experimental	Receber o perdão	3	4	-2,00	0,046
	Desejabilidade social	17	22	-2,032	0,042
Grupo Controle	Autoestima	33	30	-2,032	0,042

o perdão e de deseabilidade social. As análises relativas ao GC, por sua vez, evidenciaram diminuição significativa nos escores de autoestima.

Para melhor avaliar os efeitos da intervenção, considerando que os avanços no perdão podem seguir ritmos distintos em cada participante, foram realizadas avaliações individuais com os participantes do GE utilizando o método JT. No que se refere à atitude para receber o perdão, verificou-se, através dos IMCs obtidos, que quatro dos cinco participantes apresentaram mudanças positivas confiáveis, ou seja, obtiveram uma melhora confiável na atitude para receber o perdão. Em todos os casos, as mudanças tiveram significância clínica [Escore do Participante no Pós-teste (EPPo)  $\geq 4$ ], o que significa que foram robustas o suficiente para serem consideradas relevantes. Somente um dos participantes (P5) não obteve alterações confiáveis na atitude para receber o perdão.

Quanto à variável atitude para o autoperdão, os IMC evidenciaram que dois participantes (P1 e P4) obtiveram uma melhora que pode confiavelmente ser atribuída ao processo de intervenção, e essas mudanças foram clinicamente significativas (EPPo  $\geq 4$ ). Dois participantes não apresentaram alterações confiáveis (P2 e P3), sendo válido destacar que o participante P3 apresentou um escore elevado desde o pré-teste e o manteve no pós-teste (EPPo = 4). Já o participante P5 apresentou uma mudança negativa confiável, ou seja, uma piora na atitude para o autoperdão ao final da intervenção.

Em relação à autoestima, verificou-se que três participantes (P1, P2 e P3) tiveram uma melhora confiável e com significância clínica (EPPo  $\geq 34$ ) após a intervenção. Um participante (P5) teve uma mudança negativa confiável, ou seja, uma piora na autoestima. E, ainda, um participante não teve alterações confiáveis (P4).

## DISCUSSÃO

Atualmente, os presídios se constituem como espaços de exclusão e de esquecimento dos apenados. O Estado tem falhado no seu papel de “nortear a sua reintegração ao meio social, dotando-o [o apenado] de capacidade ética, profissional e social” (Rangel & Bayer, 2014, p. 961). Neste estudo, buscou-se contribuir com a dimensão relacional da reinserção social de apenados que, por estarem cumprindo pena em regime semiaberto, enfrentam um período de transição particularmente desafiador, que exige habilidades para articular as interações dentro e fora do presídio, ao mesmo tempo.

Este estudo teve o objetivo de promover atitudes para receber o perdão e perdoar a si mesmo através de uma intervenção, por compreender que os conflitos são inerentes às relações humanas e que essas atitudes podem ser aliadas importantes para o estabelecimento e manutenção de vínculos saudáveis. Os conteúdos escolhidos pelos participantes para tratar da temática do perdão são exemplos disso. Embora tenham sido feitas referências aos crimes pelos quais foram condenados e a vivência do cárcere, houve no relato dos participantes maior predominância de questões pessoais, com preocupações com aspectos relacionais que vão além do contexto do encarceramento. Isso chama a atenção para a ampla necessidade das pessoas em privação de liberdade, que não podem ser limitadas aos seus atos infracionais.

No que se refere especificamente aos resultados quantitativos da intervenção para o perdão, pode-se considerar que as expectativas foram parcialmente atendidas. Verificou-se que o GE e o GC não apresentaram diferenças significativas no pós-teste, conforme esperado inicialmente. No entanto, as análises relativas a cada grupo separadamente indicaram que o GE obteve maiores avanços entre o pré-teste e pós-teste, apresentando diferenças que podem ser consideradas estatisticamente significativas nas variáveis receber o perdão e deseabilidade social, ao passo que no

GC houve uma diminuição da autoestima entre o pré-teste e o pós-teste. Esses resultados fortalecem os indícios da eficácia da intervenção.

Entre as possíveis explicações para o fato de os grupos não terem se diferenciado entre si, deve-se considerar a possibilidade de que as alterações do GE não tenham sido fortes o suficiente para diferenciá-lo do GC. Além disso, sabe-se que os testes inferenciais são fortemente influenciados pelo tamanho da amostra, de maneira que, quanto maior o número de participantes, maior a probabilidade de serem encontradas diferenças significativas. No caso do presente estudo a amostra foi muito pequena ( $n= 10$ ), o que também pode ter afetado os cálculos das comparações entre os grupos.

O método JT foi utilizado para avaliar de forma mais precisa a efetividade da intervenção, através de análises estatísticas individuais com cada participante do GE. Verificou-se que a intervenção possibilitou avanços fortes e significativos na atitude para receber o perdão de quatro participantes (P1, P2, P3 e P4) e na atitude para o autoperdão de dois participantes (P1 e P4). Esses resultados confirmam a eficiência da intervenção na promoção do perdão. A obtenção de melhores resultados com a dimensão receber o perdão, tanto nas análises grupais como nas individuais, corrobora a literatura (Enright et al., 1996) que afirma que o processo do autoperdão é o mais difícil entre as três dimensões do perdão. Sendo assim, era esperado que os participantes desenvolvessem mais rapidamente a atitude para receber o perdão.

Com relação à autoestima, as análises individuais mostraram que três participantes do GE tiveram um aumento significativo nessa variável e que esses aumentos foram também clinicamente significativos, o que indica que foram fortes o suficiente para serem consideradas relevantes. Esses resultados corroboram os estudos que associam as atitudes

para receber o perdão e autoperdão com melhorias para a saúde mental do ofensor (Riek, 2010; Yao et al., 2017).

Ainda em relação às análises individuais, chama a atenção os resultados relativos ao participante P5, que foi o único a não apresentar mudança na atitude para receber o perdão e a apresentar uma diminuição na atitude para o autoperdão e no nível de autoestima, após a intervenção. Os resultados obtidos por esse participante vão em um sentido contrário ao esperado; no entanto, é possível elaborar hipóteses sobre as causas desse desempenho. Sabe-se que o perdão segue um processo que exige tempo e esforço. Conforme destacado por Enright Fitzgibbons (2015), esse processo não é vivenciado da mesma maneira por todas as pessoas. É possível, portanto, que o participante tenha tido mais dificuldade que os demais e necessitasse de mais tempo para desenvolver sua atitude para receber o perdão e perdoar a si mesmo. Além disso, esse participante foi o único que não compareceu a quatro encontros, sendo possível que tenha sofrido prejuízos por perder as discussões com o grupo.

Pode ainda ser questionada a ocorrência de resultados negativos no participante P5, com a piora dos seus escores de autoestima e de atitude para o autoperdão. Entretanto, esses resultados podem ser compreendidos ao se considerar que as dimensões do perdão relativas aos ofensores têm como aspectos centrais o reconhecimento da injustiça cometida e a assunção de responsabilidade sobre ela. Nesse sentido, como afirmam os teóricos do perdão (Enright et al., 1996; Holmgren; 1998), é preciso inicialmente vivenciar a dor da ofensa causada e os sentimentos negativos oriundo dela, para depois poder superá-los e ressignificá-los. É possível que esse participante tenha tido piores resultados em relação à

atitude para o autoperdão e à autoestima por ter começado a refletir sobre questões dolorosas que não pensava antes da intervenção. Ressalta-se, novamente, a possibilidade de que necessitasse de mais tempo para superar a vivência dos sentimentos negativos e alcançar o perdão.

Por fim, faz-se importante analisar o aumento significativo da deseabilidade social dos participantes do GE no pós-teste. Em geral, maiores níveis nessa variável são considerados negativos para uma pesquisa, pois representam uma maior tendência dos participantes a darem respostas por considerá-las mais aceitáveis socialmente e não necessariamente por serem suas respostas reais (Ribas et al., 2004). No entanto, acredita-se que, na população em questão, um aumento na deseabilidade social pode ser interpretado como um resultado positivo, pois indica uma maior preocupação e desejo dos participantes de serem aprovados socialmente. Essa preocupação social pode ser considerada benéfica para a reinserção social dos participantes, sendo um fator a mais de motivação para a mudança.

Pode-se, pois, considerar que cada participante conseguiu se beneficiar com a intervenção à sua maneira e no seu tempo. Os resultados seguiram o caminho indicado por Enright e Fitzgibbons (2015), que apontam que o conhecimento sobre o perdão e a sua aplicação prática favorecem a internalização dessa atitude, de forma que o perdão e as virtudes associadas a ele (ex.: tolerância, compaixão) podem passar a integrar o conjunto das habilidades e das estratégias de enfrentamento da pessoa em questão. De acordo com os autores, a generalização dos aprendizados sobre o perdão para diferentes situações e contextos é um dos principais propósitos da educação para o perdão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pela intervenção indicam que este estudo atingiu o objetivo de contribuir para avanços significativos na promoção do perdão e na melhoria do bem-estar dos participantes. Acredita-se, assim, que a intervenção conseguiu colaborar com o processo de reintegração social dos participantes, equipando-os com habilidade e estratégias de enfrentamento que poderão auxiliá-los em suas relações interpessoais e na resolução de conflitos dentro e fora da prisão, provendo conhecimentos para sua vida diária e seu repertório de ações.

Ainda, este estudo contribui para a ampliação dos estudos sobre o processo clínico do perdão, tratando das dimensões receber o perdão e autoperdão que têm recebido menor atenção nas pesquisas da área. Além disso, traz a inovação de trabalhar com uma população carcerária que ainda é pouco endereçada no campo do perdão, o que enriquece essa área de estudo. Este estudo tem também relevância prática/social, uma vez que essa experiência bem-sucedida pode servir como um incentivo para a criação de programas de educação e intervenção que objetivem trabalhar as questões afetivas dos apenados e a promoção do seu bem-estar psicológico.

A experiência foi enriquecedora, mas também permitiu identificar limitações e ajustes necessários. Verificou-se que há necessidade de mais tempo de trabalho para que sejam atendidas as necessidades de um maior número de participantes. Além disso, o programa de intervenção se mostrou efetivo, porém deve-se considerar que tal programa foi testado em um grupo muito pequeno, constituído por apenas cinco participantes. Faz-se importante, portanto, que estudos futuros ampliem o número de grupos e de participantes, para assim ter maior confiança na afirmação dessa efetividade.

A ausência de uma intervenção alternativa como parâmetro de comparação pode gerar dúvidas relativas aos efeitos da intervenção: os avanços obtidos seriam oriundos da promoção do perdão ou do contexto de intervenção, com seus encontros e discussões, independentemente do conteúdo discutido? É importante que estudos futuros tenham o cuidado de incluir um grupo de intervenção alternativo, para testar e fortalecer a hipótese de que o trabalho com o perdão é mais significativo para a população carcerária.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. A. R., Aguiar, R. G., & Del Prette, Z. A. P. (2009). *Calculando a Significância Clínica e o Índice de Mudança Confiável em Pesquisa-Intervenção*. Editora Edufscar.
- Al-Mabuk, R., Enright, R. D., & Cardis, P. (1995). Forgiveness Education with Parentally Love-Deprived College Students. *Journal of Moral Education*, 24, 427-444. <https://doi.org/10.1080/0305724950240405>
- Alencar, T. L. F. (2017). *Intervenção para o Perdão em Apenados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB.
- Alencar, T. F., & Abreu, E. L. (2019). O perdão sob a perspectiva do ofensor: Uma revisão da sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185662>
- Brasil (1984). *Lei de execução Penal*. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.
- Brasil (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
- Brasil (2015). *Relatório de Pesquisa de Reincidência Criminal no Brasil*
- Chiaromello, S., Sastre, M. T. M., & Mullet, E. (2008). Seeking forgiveness: Factor Structure, and Relationships with Personality and Forgiveness. *Personality and Individual Differences*, 45(5), 383-388. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2008.05.009>
- Cornish, M. A., & Wade, N. G. (2015). A Therapeutic Model of Self-Forgiveness with Intervention Strategies for Counselors. *Journal of Counseling & Development*, 93(1), 96-104. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.2015.00185.x>
- Enright, R. D., & Fitzgibbons, R. P. (2015). *Forgiveness Therapy: An Empirical Guide for Resolving Anger and Restoring Hope*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14526-000>
- Enright, R. D., Freedman, S. R., & Rique, J. (1998). The Psychology of Interpersonal Forgiveness. Em R. D. Enright, & J. North (Orgs.), *Exploring Forgiveness*. University of Wisconsin Press.
- Enright, R. D., Knutson, J. A., Holter, A. C., Baskin, T., & Knutson, C. (2007). Waging Peace Through Forgiveness in Belfast, Northern Ireland II: Educational programs for mental health improvement of children. *Journal of Research in Education*, 17(1), 63-78.
- Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1996). Counseling Within the Forgiveness Triad: On Forgiving, Receiving Forgiveness, and Self-Forgiveness. *Counseling and Values*, 40, 107-126. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007X.1996.tb00844.x>
- Exline, J. J. (2020). Anger toward God and Divine Forgiveness. Em E. L. Worthington, Jr. & N. G. Wade (Orgs.), *Handbook of Forgiveness* (2a ed., pp.117-128). Routledge.
- Fisher, M. L., & Exline, J. J. (2010). Moving Toward Self-Forgiveness: Removing Barriers Related to Shame, Guilt, and Regret. *Social and Personality Psychology Compass*, 4(8), 548-558. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2010.00276.x>
- Freedman, S. (2018). Forgiveness as an Educational Goal with At-Risk Adolescents. *Journal of Moral Education*, 47(4), 415-431. <https://doi.org/10.1080/03057240.2017.1399869>
- Freedman, S. R., & Enright, R. D. (1996). Forgiveness as an Intervention with Incest Survivors. *The Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 983-992. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.5.983>
- Giostrì, A. (2017). *Prisioneiros e Juízes, Relatos do Cárcere*. Giostrì
- Giostrì, A. (2018). *Cárcere. A Prisão Funciona? Relatos de Apenados sobre o Encarceramento*. Giostrì
- Hutz, C. S. (2000). *Adaptação Brasileira da Escala de Auto-Estima de Rosenberg* [Manuscrito Não-Publicado]. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SISDEPEN (2019). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Período de Julho a Dezembro de 2019*. <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>
- Kim, J. J. & Enright, R. D. (2014). A Theological and Psychological Defense of Self-Forgiveness: Implications for Counseling. *Journal of Psychology & Theology*, 42(3), 260. <https://doi.org/10.1177/009164711404200303>
- Krause, N. (2015). Assessing the Relationships among Race, Religion, Humility, and Self-Forgiveness: A Longitudinal Investigation. *Advances in Life Course Research*, 24, 66-74. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2015.02.003>
- Magnuson, C. M., Enright, R. D., Fulmer, B., & Magnuson, K. A. (2009). Waging Peace Through Forgiveness in Belfast, Northern Ireland IV: A Parent and Child Forgiveness Education Program. *Journal of Research in Education*, 19, 57-66.
- Mullet, E., & Neto, F. (2020). Forgiveness in the Arab World and in Central Africa. Em E. L. Worthington, Jr. & N. G. Wade (Orgs.), *Handbook of Forgiveness* (2a ed., pp.212-222). Routledge.
- Park, J. H., Enright, R. D., Essex, M. J., Zahn-Waxler, C., & Klatt, J. S. (2013). Forgiveness Intervention for Female South Korean Adolescent Aggressive Victims. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 34(6), 268-276. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2013.06.001>
- Rangel, C. M. C., & Bayer, D. A. (2014). A Precariedade do Sistema Prisional e a Responsabilidade do Estado Brasileiro em Face dos Crimes de Tortura Praticados no Cárcere à Luz dos Direitos Humanos. *Revista Pistis Praxis*, 6(3), 951-974. <https://dx.doi.org/10.7213/revistapistispraxis.06.003.ds10>
- Reed, G. L., & Enright, R. D. (2006). The Effects of Forgiveness Therapy on Depression, Anxiety, and Posttraumatic Stress for Women After Spousal Emotional Abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(5), 920-929. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.74.5.920>
- Ribas Jr, R. D. C., Moura, M. L. S. D. & Hutz, C. S. (2004). Adaptação Brasileira da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne. *Avaliação Psicológica*, 3(2), 83-92.
- Riek, B. M. (2010). Transgressions, Guilt, and Forgiveness: A Model of Seeking Forgiveness. *Journal of Psychology and Theology*, 38(4), 246-254. <https://doi.org/10.1177/009164711003800402>
- Rique Neto, J., & Murta, S. G. (2020) Forgiveness Therapy for Victimized-Offenders: A Systematic Review of Conceptual, Empirical and Clinical Issues [Manuscrito em Preparação]. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Soares Filho, M. M., & Bueno, P. M. M. G. (2016). Demography, Vulnerabilities and Right to Health to Brazilian Prison Population. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 1999-2010. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.24102015>
- Sousa, M. D. C. P., Alencar Neto, F. J., Sousa, P. C. C., & Silva, C. L. C. (2013). Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário: Revisão de Literatura. *Revista Interdisciplinar*, 6(2), 144-151.
- Toussaint, L. L., Worthington Jr., E. L., Williams, D. R., and Webb, J. R. (2020). Forgiveness and Physical Health. Em E. L. Worthington, Jr. & N. G. Wade (Orgs.), *Handbook of Forgiveness* (2a ed., pp. 178 - 187). Routledge.
- Webb, J. R., Phillips, T. D., Bumgarner, D., & Conway-Williams, E. (2013). Forgiveness, mindfulness, and health. *Mindfulness*, 4(3), 235-245. <https://doi.org/10.1007/s12671-012-0119-0>
- Witvliet, C. O. (2020). Forgiveness, Embodiment, and Relational Accountability: Victim and Transgressor Psychology Research. Em E. L. Worthington, Jr. & N. G. Wade (Orgs.), *Handbook of Forgiveness* (2a ed., pp.167-177). Routledge.
- Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2013). Self-Forgiveness and Restoration of an Offender Following an Interpersonal

- Transgression. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 32(2), 225-259. <https://doi.org/10.1521/jscp.2013.32.2.225>
- Woodyatt, L., & Wenzel, M. (2014). A Needs-Based Perspective on Self-Forgiveness: Addressing Threat to Moral Identity as a Means of Encouraging Interpersonal and Intrapersonal Restoration. *Journal of Experimental Social Psychology*, 50, 125-135. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2013.09.012>
- Worthington, Jr., E. L. & Wade, N. G. (2020). *Handbook of Forgiveness* (2<sup>nd</sup> Ed.). Routledge.
- Yao, S., Chen, J., Yu, X., & Sang, J. (2017). Mediator Roles of Interpersonal Forgiveness and Self-Forgiveness between Self-Esteem and Subjective Well-Being. *Current Psychology*, 36(3), 585-592. <https://doi.org/10.1007/s12144-016-9447-x>
- Zackeski, C., Machado, B. A., & Azevedo, G. (2016). Dimensões do Encarceramento e Desafios da Política Penitenciária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*, 126, 291-331.